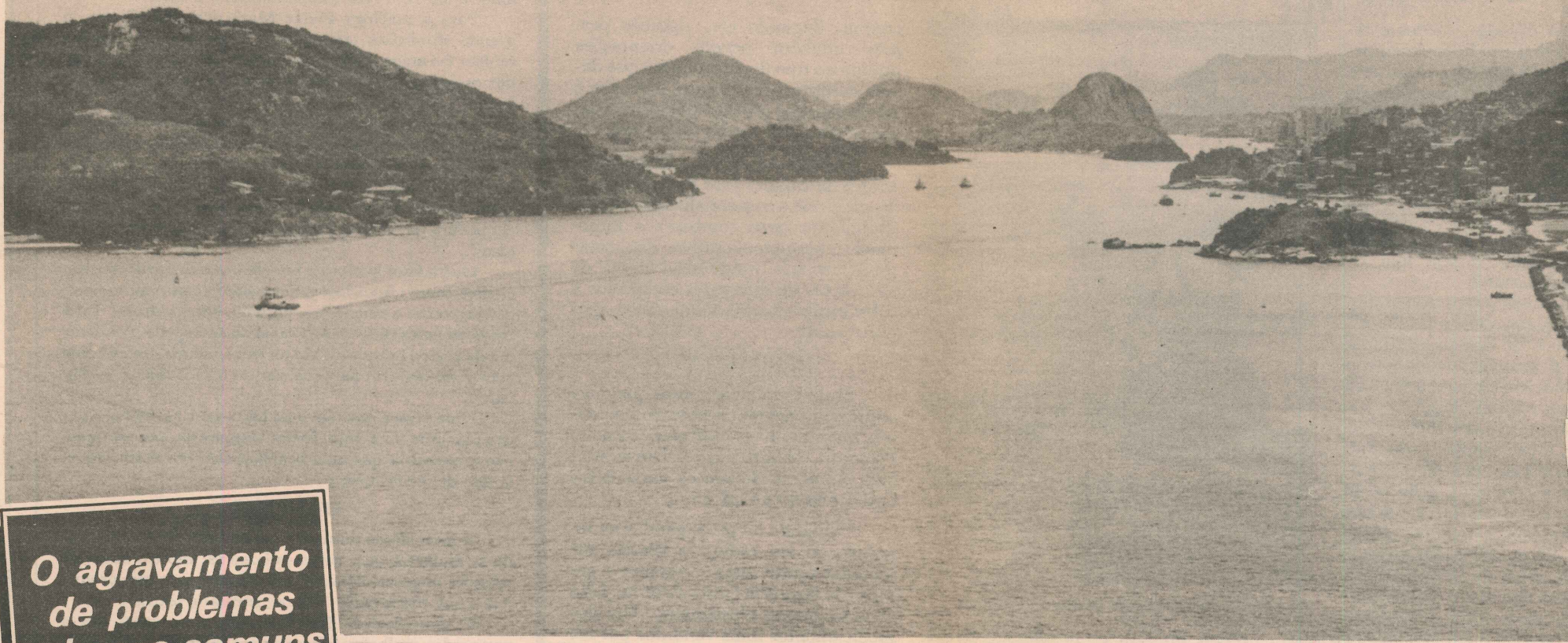


REGIÃO METROPOLITANA



A poluição na baía de Vitória é um exemplo de impacto ambiental provocado pelo crescimento descontrolado na Grande Vitória

O agravamento de problemas urbanos comuns aos municípios da Grande Vitória está forçando a adoção de medidas de emergência nas áreas de saúde, transporte e meio ambiente

Cleide Zanotti

A região metropolitana de Vitória começa a sair do papel. O agravamento de problemas comuns, como nos setores de saúde, transporte e meio ambiente, tem levado as prefeituras dos cinco municípios da Grande Vitória a se unirem e buscarem soluções práticas para resolvê-los.

O fechamento do pronto-socorro do Hospital das Clínicas, em Maruípe, em 18 de janeiro, por falta de verbas, foi um dos problemas que atingiu diretamente os municípios de Vitória, Viana, Serra, Cariacica e Vila Velha, forçando as prefeituras a buscarem alternativas em conjunto na tentativa de reativá-lo.

A unidade atendia a cinco mil pacientes por mês, a maioria da Grande Vitória, e a solução proposta pelo governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) foi a união dos cinco municípios para repassar verba ao hospital.

A dívida do Hospital das Clínicas, em consequência no atraso do repasse de verba por parte do Inamps, já chega a Cr\$ 2,5 bilhões. A proposta, que vem sendo estudada pelas prefeituras, é de que

o Estado arque com 50% dos custos para a manutenção do pronto-socorro, estimados em Cr\$ 200 milhões mensais.

Os outros 50% seriam custeados pelos prefeitos da Grande Vitória, sendo as despesas com pagamento de funcionários, cuja dívida hoje é de Cr\$ 700 milhões, bancadas pelo próprio hospital.

Essa alternativa, na opinião do superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS), órgão de planejamento urbano e regional do Espírito Santo, Mauro Roberto Pylro, é um passo para a metropolização.

Segundo ele, o objetivo da região metropolitana é tentar resolver e administrar de forma conjunta os problemas comuns aos municípios que integram essa região, principalmente nas áreas de saúde, transporte e meio ambiente, que têm se agravado.

Um outro passo que já mostra o início da prática da metropolização, na opinião de Mauro Pylro, é o sistema de transporte.

Desde 1988, quando foi criado o Sistema Transcol, com os passageiros pagando apenas uma tarifa para se locomover entre os quatro maiores municípios da Grande Vitória (Vila Velha, Serra, Cariacica e capital) foi feito um planejamento global para se resolver um problema comum à região.

A proposta do governo é agora integrá-lo ao sistema de Vitória, o que ainda não foi aceito pela prefeitura.

A argumentação da PMV é que haveria um encarecimento do preço da passagem em mais de 40% dentro da capital. Hoje a passagem municipal custa Cr\$ 300,00, enquanto a tarifa dos ônibus da Grande Vitória está fixada em Cr\$ 550,00.

Para o secretário de Transportes da PMV, João Batista Canholato, o assunto tem que ser estudado e pesquisado antes que seja tomada qualquer decisão.

Já o secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, João Luiz Tovar, acredita que o posicionamento da prefeitura é incoerente, uma vez que ela defende a criação da região metropolitana.

Plebiscito decide metropolização

A criação da região metropolitana de Vitória será feita através de um plebiscito, quando haverá uma consulta aos moradores da Grande Vitória.

O superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Mauro Roberto Pylro, disse que o mais prático era que essa consulta fosse feita durante as eleições para a escolha do prefeito ou do governador.

“Nesse caso só seria necessário colocar mais um item na cédula, consultando a população sobre a metropolização”. Mas como as discussões sobre o assunto estão paralisadas, não há previsão de quando acontecerá o plebiscito.

De acordo com o superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Mauro Roberto Pylro, a Grande Vitória tem características de aglomerado urbano, sendo uma pré-região metropolitana por si só.

As regiões da Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana cresceram, ficando muito

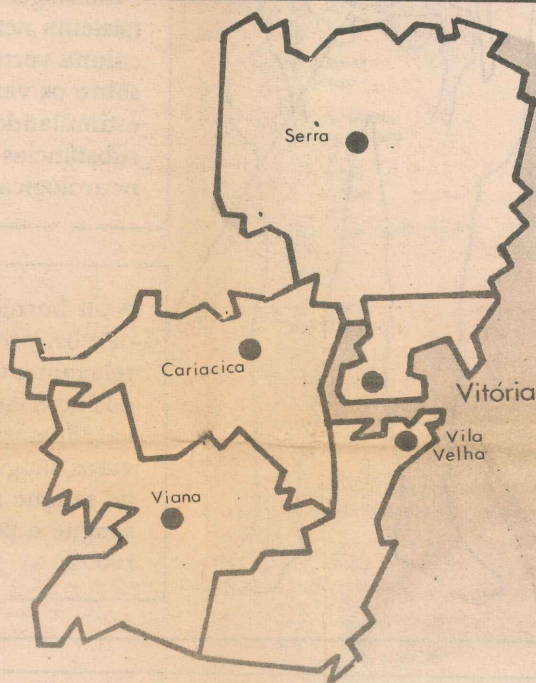
próximas umas das outras e acabaram sendo criadas relações de dependências entre os municípios.

“O crescimento populacional e a industrialização, aliados a outros fatores, fizeram com que algumas cidades crescessem rapidamente, expandindo seus limites e formando as cidades vizinhas, o que é chamado de aglomeração urbana”, explicou Pylro.

Ele disse, no entanto, que para que ocorra a criação da região metropolitana deve haver antes um plebiscito. Através dele, a população da região é consultada se deseja ou não a metropolização.

Segundo ele, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 216, que o Estado poderá, após a aprovação da população para a metropolização, instituir a região metropolitana de Vitória através de uma lei complementar, respeitando o princípio de co-gestão entre Estado, município e comunidade, determinado na Constituição Federal.

Os problemas mais graves



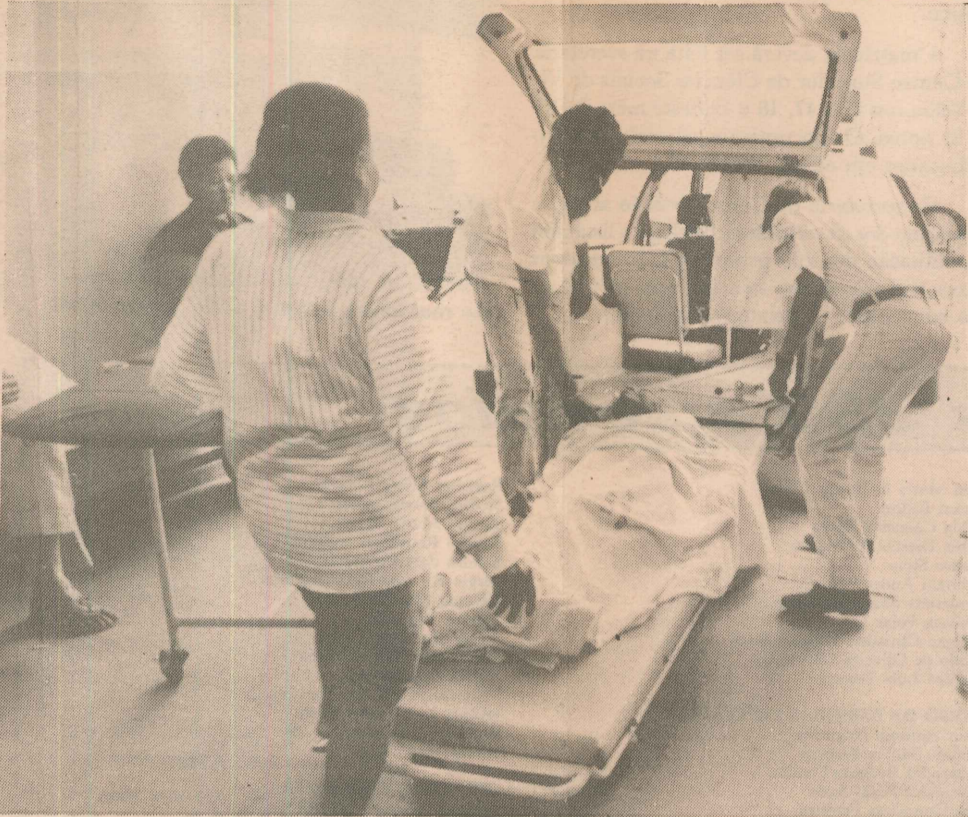
- Poluição atmosférica;
- Poluição no mar;
- Destinação do lixo doméstico e hospitalar;
- Habitação. Hoje o déficit estimado é de 127.189, o que representa 35% dos habitantes sem terem onde morar;
- Transporte, principalmente os serviços de táxis;
- Infra-estrutura. As prefeituras não têm controle sobre a implantação desses serviços.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS)

09/02/92

SAI DO PAPEL

Romero Mendonça



A desativação do pronto-socorro do Hospital das Clínicas prejudicou o atendimento

Transporte e saúde preocupam mais

Os piores problemas enfrentados em toda a região da Grande Vitória estão no setor de saúde e de transporte, além da poluição, degradação dos mangues, déficit habitacional e da falta de infra-estrutura, de acordo com um estudo feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Esses problemas são comuns aos 1.058.288 habitantes da região. A poluição do mar afeta significativamente os municípios da Serra, Vila Velha e Vitória.

Já em Cariacica, o maior problema está na poluição dos rios, o que afeta também as demais regiões da Grande Vitória. A degradação da baía de Vitória, por exemplo, é reflexo dos dejetos lançados no mar e também nos rios.

O IJSN apontou ainda a poluição em consequência do lixo depositado em áreas abertas da Grande Vitória. A média de lixo produzido por dia em Vitória é de 300 toneladas, seguida de 190 toneladas em Vila Velha, 80 toneladas na Serra, 60 toneladas em Cariacica e 20 toneladas em Viana.

O estudo constatou ainda que questões como essas supõe que soluções sejam encontradas através de uma administração conjunta.

“Através do estudo chegou-se à conclusão que a solução tem que ser encaminhada com vistas a uma metropolização, inclusive na compostagem e reciclagem do lixo. Isso ajudaria na preservação ambiental da Grande Vitória”, disse o superintendente do IJSN, Mauro Roberto Pylro.

CONVÊNIO

Atualmente somente o município de Vitória possui usina de lixo, que atende somente à capital. Dentro de 15 dias, segundo projeções da Prefeitura da Serra, uma usina de lixo também será instalada no município. Mesmo com a instalação de duas usinas na Grande Vitória, ainda não há convênio entre as prefeituras para que o lixo produzido nos demais municípios seja reciclado nessas usinas.

O IJSN levantou também que 35% dos habitantes da Grande Vitória carecem de moradia. O déficit na região hoje está estimado em 127.189. O estudo mostra que o problema do transporte, que é outro serviço comum aos habitantes, tem que ser resolvido levando-se em consideração toda a região.

O serviço de táxi oferecido na Grande Vitória, por exemplo, foi considerado pelo estudo do IJSN como insuficiente para atender à região. Há necessidade de recadastramento da frota, definição dos turnos de trabalho, novo esquema operacional, padronização dos veículos, além da criação de um regulamento e gerenciamento únicos.

Já a falta de infra-estrutura, como abastecimento de água, rede elétrica, saneamento básico e transporte, é considerada, depois da moradia, outro problema grave enfrentado na Grande Vitória. O estudo do IJSN mostrou que as prefeituras não têm controle sobre a implantação desses serviços coletivos.

Constituição dá amparo legal

As regiões metropolitanas surgiram com a Constituição de 1967. A Carta Magna estabelece que caberia ao governo federal definir as regiões metropolitanas, o que aconteceu através da lei federal complementar número 14.

Existem hoje no País nove regiões metropolitanas, sendo as maiores a de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. A maior região é a de São Paulo, que possui o maior contingente populacional, 15,199 milhões de habitantes, ou seja, 10,4% da população do País.

A região metropolitana de São Paulo integra 37 municípios, sendo administrada pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A (Emplasa). Ela foi criada em 1975 e até o ano passado se ocupava somente dos 37 municípios.

Com a ampliação de outras cidades, como por exemplo, Campinas e Baixada Santista, foram sendo formados novos aglomerados urbanos e a Emplasa passou a se ocupar dessas regiões, que praticamente passaram a fazer parte da metropolização.

União facilita verbas federais

A maioria dos prefeitos da Grande Vitória aprova a metropolização da região, o que possibilitaria administrar de forma conjunta os problemas comuns e básicos vivenciados pelos municípios, além de uma maior força política para pleitear verbas junto aos governos estadual e federal.

“Uma região com um milhão de habitantes tem mais peso político do que uma com pouco mais de 200 mil”, argumentou o prefeito de Vila Velha, Jorge Anders.

Para Anders, a metropolização só será bem-sucedida se houver um gerenciamento por parte do governo do Estado: “O governo direcionaria os recursos e faria um planejamento metropolitano com normas, sem ferir a autonomia política dos prefeitos”.

Também favorável à metropolização, o prefeito da Serra, Adalton Martinelli, acha, porém, que o assunto tem que ser melhor estudado e debatido.

Para Martinelli um dos sérios problemas enfrentados na Grande Vitória, a invasão de terras, poderá ter solução com a metropolização. Hoje o déficit habitacional na Grande Vitória é de 127.189, sendo o município mais afetado Cariacica, com um déficit de 37.333.

Na opinião de Adalton Martinelli, a união dos municípios na criação de um cadastro dos moradores de áreas invadidas intimidaria a invasão clandestina. Também inibiria o comércio que existe em tor-

no dessa questão, já que muitas vezes as mesmas famílias participam e incentivam invasões nos cinco municípios da Grande Vitória com o objetivo de se apossar e vender posteriormente as terras.

“Se as prefeituras encampassem um trabalho conjunto nesse sentido, as invasões seriam inibidas e ocorreriam assentamentos ordenados, em áreas programadas pela região metropolitana”, afirmou Martinelli.

A coordenadora do movimento de moradia da Serra, Aparecida Aguiar, disse que a união dos municípios no cadastramento de moradores indicaria se a mesma família está ocupando mais de uma área, o que as prefeituras tentariam impedir.

O prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, está em João Pessoa, Paraíba, e não pôde falar sobre o assunto, apesar de já ter declarado que é favorável à metropolização.

Já o secretário de Planejamento da prefeitura de Vitória, Fernando Bettarello, acredita, a exemplo do prefeito Jorge Anders, que a região metropolitana possibilitará maior facilidade de obtenção de recursos.

Ele afirmou ainda que várias ações já recebem na prática um tratamento metropolitano, como o planejamento para uma maior infra-estrutura (abastecimento de água, instalação de rede sanitária, luz e telefone), que vem sendo estudado para toda a região da Grande Vitória.

A área da Grande Vitória

Município	Área	Habitantes
Vitória	81 km ² , sendo 39 km ² na ilha e 42 km ² no continente.	256.090
Vila Velha	232 km ² , sendo 54,8% urbanizável. O município fica no continente sul de Vitória.	263.006
Cariacica	227 km ² . Fica a oeste de Vitória.	273.959
Viana	328 km ² . Fica a sudoeste da capital	43.886
Serra	547 km ² . Está localizado ao norte de Vitória.	221.347
Total:	1.415 km²	1.058.288

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).